



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 15 de julho de 2025

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,65% São Paulo	139.302 9/7 10/7 11/7 14/7	R\$ 5,584 (+ 0,66%)	8/julho 5,445 9/julho 5,502 10/julho 5,545 14/julho 5,547	R\$ 1.518	R\$ 6,516	14,90%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24

EFEITO TRUMP

Enquanto Lula cria comitê em Brasília, Tarcísio tenta chamar para São Paulo o protagonismo no diálogo com o governo dos EUA

Esforços sobrepostos para negociar taxaço

» FERNANDA STRICKLAND

Valter Campanato/Agência Brasil



Vice-presidente e ministro do comércio, Alckmin coordenará o comitê interministerial que vai discutir soluções para o tarifaço



Estamos ouvindo os setores mais envolvidos, para que o setor privado também participe e mobilize seus parceiros nos EUA. Assim como o governo fará"

Geraldo Alckmin,
vice-presidente

O governo realiza hoje a primeira rodada de reuniões com empresários do setor exportador para traçar estratégia de negociação em torno da taxaço de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Segundo o vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, que fez o anúncio ontem, a reunião será dividida em dois momentos, pela manhã e à tarde, na sede do Mdic, em Brasília.

Pela manhã, às 10h, serão ouvidos representantes da indústria, em especial aviação, aço, calçados e autopeças. À tarde, a partir das 14h, será a vez do agronegócio. Nessa reunião, serão incluídos os ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca.

Segundo Alckmin, esta será apenas a etapa inicial de uma estratégia mais ampla de articulação conjunta entre o governo brasileiro e a iniciativa privada. "O presidente Lula criou um comitê de trabalho, formado pelo MDIC, Casa Civil, Ministério da Fazenda e Ministério das Relações Exteriores. A primeira tarefa é conversar com o setor privado. Vamos trabalhar juntos para reverter essa questão, que é totalmente inadequada", afirmou Alckmin.

O ministro destacou que o diálogo com o setor produtivo brasileiro não se esgotará nesta semana e que novas reuniões já estão previstas. "Chamamos as entidades e algumas empresas diretamente impactadas. Essa é a primeira conversa. Vamos dar continuidade a esse trabalho", garantiu.

Além da interlocução com os setores diretamente atingidos, o governo pretende também buscar apoio entre empresas e entidades norte-americanas, como forma

de pressionar por uma revisão da medida imposta por Trump. "É evidente que as empresas americanas também serão atingidas. Vamos conversar com elas e com as entidades do comércio Brasil-EUA. Há uma integração em cadeia. Vamos agir em conjunto", explicou o ministro.

Alckmin também negou informações que circularam nos últimos dias sobre um possível pedido brasileiro de prorrogação do prazo para início das tarifas ou mesmo de negociação sobre os percentuais

aplicados. "Não tem procedência. O governo não pediu nenhuma prorrogação de prazo e não fez nenhuma proposta sobre alíquota. Estamos ouvindo os setores mais envolvidos, para que o setor privado também participe e mobilize seus parceiros nos EUA. Assim como o governo fará", disse.

Ao rebater os argumentos da Casa Branca, que justificaram as tarifas com base em alegados desequilíbrios comerciais, Alckmin apontou que a balança comercial entre os dois países não sustenta a medida

adotada. "Dos 10 produtos que os Estados Unidos mais exportam para o Brasil, 8 têm tarifa zero", afirmou o ministro, destacando que, em muitos casos, o regime tarifário é mais vantajoso para os americanos.

As tarifas de 50% afetam setores estratégicos da economia brasileira, incluindo exportações de aço, alumínio, carne bovina, suco de laranja, calçados e celulose. A expectativa é que as conversas desta semana ajudem a traçar uma estratégia de resposta política e comercial, com apoio tanto interno quanto internacional.

São Paulo

Os empresários também foram convidados pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para uma reunião, hoje à tarde, sobre o mesmo tema. O encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Brasil, Gabriel Escobar, participará.

A aproximação ocorre após críticas ao governador por sua postura inicial de evitar comentários sobre a medida norte-americana. Diante da repercussão negativa, Tarcísio esteve com Escobar na última

sexta-feira, em Brasília, para discutir os impactos da nova taxaço. Após o encontro, o governador publicou nas redes sociais que o objetivo da conversa foi analisar as "consequências" da tarifa anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para os setores industrial e agropecuário do Brasil.

Na mesma postagem, Tarcísio afirmou que pretende "abrir um diálogo" com empresas do Estado para "buscar soluções efetivas", e aproveitou para alfinetar o governo federal ao declarar que "narrativas não resolverão o problema".

O novo encontro entre Tarcísio e Escobar — o segundo em menos de uma semana — ocorre após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter criticado o governador na última quinta-feira, em entrevista à TV Record. Na ocasião, Lula ironizou a postura de Tarcísio, dizendo que "não adianta esconder o chapuzinho dos EUA" diante das reações negativas à tarifa que atinge setores-chave da economia brasileira.

Lula assina decreto da reciprocidade

» RAFAELA GONÇALVES
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o decreto que regulamenta a Lei de Reciprocidade e cria um comitê interministerial para desenvolver ações de proteção à economia brasileira. A medida, publicada no Diário Oficial da União de hoje, ocorre no momento em que o Brasil busca respostas para a taxaço de 50% imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

"O decreto, assim como a lei (da reciprocidade) — que foi aprovada em abril pelo Congresso —, autoriza o Executivo a adotar medidas de proteção do país quando medidas extraordinárias forem adotadas de forma unilateral por outros países", declarou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, a jornalistas.

O mesmo decreto cria, oficialmente, o comitê interministerial para discutir ações de proteção à economia brasileira diante do tarifaço anunciado pelo presidente dos EUA, Donald Trump. O grupo, que terá o vice-presidente Geraldo Alckmin na coordenação, será formado pelos ministros Rui Costa, Mauro Vieira, de Relações Exteriores, e Fernando Haddad, da pasta da Fazenda.

Ontem, diante do iminente pedido de condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro pela PGR, o governo Trump voltou a ameaçar o Brasil. Em publicação no X, o subsecretário de Estado para a Diplomacia Pública e Assuntos Públicos, Darren Beattie, reiterou que "as declarações do presidente Trump são claras. Estaremos observando atentamente."

Regras

Sancionada em abril, a lei define regras para suspender concessões comerciais, de investimentos e obrigações ligadas à propriedade intelectual, em resposta a medidas unilaterais de países ou blocos econômicos que prejudiquem a competitividade do Brasil no comércio internacional.

A aplicação da reciprocidade em casos de tarifas comerciais pode ocorrer de três formas principais, incluindo a reciprocidade direta, com a imposição de novas tarifas; contestação via Organização Mundial do Comércio (OMC); além da revisão dos benefícios comerciais. Em resposta ao tarifaço de Trump, a expectativa é de que o governo de Lula opte pela retaliação comercial proporcional.

Apesar das expectativas pela sanção econômica, especialistas

defendem cautela na aplicação da lei por temerem os efeitos colaterais de uma escalada comercial. Medidas retaliatórias podem gerar prejuízos ao comércio exterior brasileiro, reduzir a competitividade das exportações e pressionar a inflação.

A economista-chefe para a América Latina da Coface, Patrícia Krause, reconhece a importância do dispositivo legal, também considerado por outros países, mas defende cautela por parte do governo brasileiro. Ela alerta que o uso precipitado de medidas de reciprocidade pode intensificar a escalada do conflito comercial.

"Em relação à eficácia das medidas de reciprocidade em conflitos comerciais, acho que deveriam, sempre que possível, ser evitadas, uma vez que você leva perdas para ambos os lados", afirmou. Para ela, esse tipo de retaliação tende a provocar queda no comércio bilateral e pode pressionar a inflação. "Essa escalada e aumento de tarifas de ambos os lados acaba causando impactos para a inflação", completou.

Krause também avalia que uma resposta tarifária do Brasil poderia desencadear novas medidas retaliatórias por parte dos Estados Unidos, agravando os efeitos negativos sobre as exportações

brasileiras. "Se o Brasil impuser tarifas, os Estados Unidos provavelmente vão responder com novas altas. Isso afeta diretamente as exportações brasileiras, que ficariam ainda mais sujeitas a tarifas no mercado americano", explicou.

Segundo a economista, o impacto de uma eventual guerra comercial seria mais sentido pelo Brasil do que pelos EUA.

Setor produtivo

O texto foi aprovado nas duas casas do Congresso, com apoio tanto de governistas quanto da oposição, demonstrando uma rara convergência política. A aprovação marcou uma aproximação estratégica entre o PT e o setor do agronegócio, que historicamente tem sido uma base de apoio do bolsonarismo, sinalizando um possível realinhamento das forças políticas em torno do tema. O setor produtivo, contudo, vem demonstrando agora uma postura cautelosa diante da imposição das taxas recíprocas.

O economista da Valor Investimentos, Ian Lopes, também considera que uma abordagem diplomática é a melhor alternativa e alerta para os riscos de uma escalada nas tarifas. Segundo ele, apesar da pressão para uma resposta

State.gov



O subsecretário Darren Beattie reiterou as ameaças de Trump

imediate, o melhor caminho seria buscar acordos comerciais, como outros países já têm feito.

"Provavelmente haverá tarifas retaliatórias. O mundo vem adotando esse tipo de postura e o próprio governo brasileiro já sinalizou que pode responder nesse sentido", afirmou. No entanto, ele destaca que o setor empresarial tem se posicionado contra uma retaliação direta. "O empresário, no geral, está pedindo ao

governo que não retalie justamente por causa do risco de escalada, que pode acabar prejudicando as exportações", alertou.

Para Lopes, a alternativa mais sensata seria seguir o exemplo de países como Índia e Reino Unido. "Acredito que o caminho ideal, mesmo que as tarifas sejam implementadas de imediato, é buscar um acordo comercial", disse, citando acordos já feitos com Índia e Reino Unido.